

• Política

Pioneirismo e tecnologia

Mangels  
Empresa 100 - Brasília

CONSTITUINTE

Deputados resistem à criação de sete novos estados

por Andrew Greenless de Brasília

Propostas para uma nova divisão territorial do País dominaram a sessão noturna de ontem na Assembleia Nacional Constituinte, na segunda convocação extraordinária para a discussão de temas específicos. Estavam presentes os principais defensores da criação de sete novos estados no Brasil, mas ficou clara a forte resistência que a tese enfrentará na votação do assunto.

O deputado Genebaldo Correa (PMDB-BA), do PMDB da Bahia, por exemplo, ocupou a tribuna para condenar a divisão de seu estado, com a formação de uma nova unidade ao sul, Santa Cruz. Vários parlamentares baianos apoiaram as palavras de Correa e apenas o autor da proposta, deputado Fernando Gomes, considerou-a válida. O deputado Juthay Magalhães Junior afirmou que, de uma bancada de 42 constituintes da Bahia, apenas dois sustentam a divisão. "São quatro", corrigiu Gomes, acrescentando: "Os demais só aparecem na região em época de eleição".

Outros constituintes inscritos para defenderem a criação de novos estados eram Siqueira Campos (PDC-GO), favorável ao Tocantins, no norte de seu estado, considerada, a proposta com melhores chances de aprovação pela Constituinte, e Davi Alves Silva, do PDS, pelo Maranhão do Sul.

O anteprojeto da Nova Carta, elaborado pela Comissão de Sistematização, prevê as novas unidades

territoriais, inclusive a passagem de Roraima e Amapá à condição de estados. O texto determina que a União antecipe receita da ordem de no máximo 640 mil OTN para as despesas com a implantação do estado de Tocantins.

Mas a criação de novas unidades não foi o único tema discutido pelo plenário que, a exemplo da véspera, iniciou a sessão com cerca de cem parlamentares. O líder do PTB, Gastone Righi, defendeu com veemência a idéia de extinguir estados e implantar regiões geoeconômicas no País, num prazo de doze anos. As câmaras municipais elegeriam um conselho e um governador regional. Pelos cálculos de Righi, seriam formadas cerca de 12 regiões metropolitanas e mais 50 ou 60 regiões administrativas no País. Seriam extintas as assembleias legislativas.

Já o deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), pretendia chamar a atenção da Constituinte para as grandes aglomerações urbanas. "O anteprojeto é extremamente falho neste ponto", diz o deputado, salientando os problemas ambientais, fiscais, de uso do solo, de transportes, entre outros, que atingem os grandes centros urbanos. Guimarães propõe a criação de regiões metropolitanas, com parlamentos próprios, mas, ao contrário de Righi, quer a manutenção dos estados.

"Precisamos acabar com a dependência indevida dos estados e municípios à União", resumia o deputado Messias Góis, do PFL.

Cabral rejeita o acordo para Aliança controlar o anteprojeto

por Andrew Greenless de Brasília

O relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), não aceita dar prioridade aos partidos da Aliança Democrática (PMDB e PFL) no momento da apresentação do primeiro esboço do texto constitucional elaborado nesta fase dos trabalhos. "Quero submeter o texto a todas as lideranças partidárias", disse Cabral, ao sair de um encontro com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

As declarações do relator contrariaram a manifestação feita na véspera pelo presidente do PFL, senador Marco Maciel, também



Bernardo Cabral

após um encontro com Ulysses. Segundo Maciel, seu partido e o PMDB teriam acesso em primeiro lugar ao substitutivo (texto constitucional) do relator. O presidente do PFL não

foi encontrado ontem por este jornal para comentar a posição de Cabral, manifestada durante a tarde.

O relator da Sistematização informou ainda que, na reunião com Ulysses, acertou-se a apresentação do esboço de substitutivo aos líderes partidários no próximo dia 20. A partir daí, Cabral terá 72 horas para terminar o substitutivo propriamente dito, que será enviado ao plenário da Comissão de Sistematização para debate durante os seis dias seguintes. Nesta fase, os constituintes poderão formular novas emendas ao texto.

Ao resistir ao projeto de Ulysses e Maciel de adiantar o texto para a Aliança Democrática, Cabral põe em risco o projeto dos dois presidentes de partidos no

sentido de esvaziar a atuação de blocos parlamentares, fortalecendo na medida do possível a Aliança Democrática dentro da Constituinte. Cabral classificou ontem de "valiosa contribuição" o trabalho dos grupos coordenados pelo senador José Richa e pelos "progressistas" do PMDB aliados aos "modernos" do PFL. O relator informou que deverá reunir-se com estes blocos suprapartidários nos próximos dias.

Hoje, os centristas liderados por Richa e o "grupo do consenso" (progressistas e modernos) têm reunião pela manhã, para compararem o trabalho realizado até o momento e encontrarem possíveis consensos.

Blocos começam a negociação

por Francisca Stella de Brasília

Está marcado para amanhã de hoje o primeiro encontro dos dois grupos suprapartidários da Constituinte, que se empenham em promover uma ampla negociação em torno do projeto de Constituição a ser votado pelo plenário.

Segunda-feira, já com os subsídios dos trabalhos dos dois grupos, começará a redação do texto do projeto pelo deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização, pelo senador Fernando Henri-

que Cardoso, líder do PMDB no Senado, pelo jurista Miguel Reale Júnior, assessor de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB e da Constituinte, e pelo deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), também muito ligado a Ulysses Guimarães.

Quando se reunirem hoje na casa do deputado Euclides Secco (PMDB-PR), vice-líder do PMDB na Constituinte e articulador do chamado grupo de consenso, representantes dos dois grupos deverão discutir estratégias para somar seus esforços.

O grupo centrista de 32 parlamentares, entre eles José Richa (PMDB-PR), Virgílio Távora (PDS-CE) e Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG), tem a oferecer um projeto de Constituição elaborado a partir do projeto Cabral, só que bem mais conciso — dos 496 artigos do projeto Cabral já foram cortados mais de 200. Os pontos polêmicos serão objeto de emendas que deem aos constituintes opções na votação.

O grupo de consenso, mais progressista, pretende dirimir ou encontrar mecanismos para dirimir as polêmicas do projeto, como reforma agrária, definição de empresa nacional e reserva de mercado. Na manhã de ontem, o grupo reuniu cerca de 60 constituintes, de oito diferentes partidos — PMDB, PFL, PT, PDS, PDT, PSB, PCB e PDC.

ESTABILIDADE NO EMPREGO

O projeto do grupo moderado altera o conteúdo de capítulos importantes do projeto Cabral, como o da ordem social e o do sistema tributário. Na ordem social, praticamente elimina a estabilidade no emprego aos 90 dias de trabalho e suprime grande parte dos direitos relacionados no projeto.

Sobre a questão tributária, o projeto do grupo moderado deverá prever a criação de um imposto sobre o patrimônio líquido das pessoas físicas. O objetivo, segundo o senador

Virgílio Távora, autor da proposta, é permitir a progressividade da tributação, de forma que quem tenha mais recursos pague mais imposto e vice-versa.

Outra modificação deliberada pelo grupo é a criação do imposto sobre a transmissão da propriedade de veículos usados, proposto pelo deputado César Maia (PDT-RJ). O deputado acredita que a incidência do imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) sobre essas operações dá margem a excessiva sonegação, o que não ocorreria com o novo imposto.

O grupo também decidiu alterar o sistema de competência tributária e de partilha das receitas fiscais previsto no projeto Cabral. O projeto prevê a criação de um novo imposto que fundiria o ICM, o Imposto Sobre Serviços (ISS), hoje de competência dos municípios, e os impostos únicos, hoje de competência da União. A proposta do grupo é manter o ISS com os municípios. O grupo decidiu acabar com o novo imposto sobre vendas a varejo, previsto no projeto Cabral, de competência dos municípios, que seria compensado com o aumento de à sua participação no Fundo de Participação de Estados e Municípios de 25 para 27%.

A redação do projeto de Constituição deverá estar concluída no dia 17 de setembro. No dia 20, o projeto deverá estar no plenário da Constituinte para ser votado.

Quatro emendas populares chegam às mãos de Ulysses

Com uma verdadeira festa foram entregues ao presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, o primeiro conjunto de emendas populares do plenário pró-participação popular na Constituinte. Num total de quatro, elas reivindicam aposentadoria para as donas-de-casa, direitos iguais para o homem e a mulher e participação popular no processo de elaboração das leis ordinárias. Todas essas propostas reuniram 596 mil assinaturas, segundo informou a agência Globo.

Durante a solenidade, o deputado Ulysses Guimarães afirmou que não esperava que pudesse encontrar mais alguma surpresa depois de tantos anos de experiência parlamentar. Ele disse ter ficado emocionado ao ver as salas e os auditórios não apenas cheios de parlamentares, mas também de representantes das "camadas mais carentes, necessitadas e injustiçadas", da sociedade brasileira. Ulysses elogiou o esforço das entidades em conseguir reunir as assinaturas necessárias para cada uma das emendas.

"Eu só vi", afirmou o deputado referindo-se aos representantes das entidades representativas, "nas ruas, estradas, pontes, praças públicas, recolhendo assinaturas nestes papéis (as emendas populares), que aqui estão molhadas de chuva e sujas de poeira."

O presidente da Constituinte convocou a população para que "de braços dados com os constituintes, deputados e senadores", elaborarem juntos a próxima Constituição.

A proposta que recebeu o maior número de assinaturas foi a do plenário pró-participação popular na Constituinte, com 343.893 subscrições. Em seguida vem a proposta de aposentadoria das donas-de-casa, com 210 mil assinaturas colhidas pela Federação das Associações de Bairros de Salvador, Associação dos Moradores de Plataforma (Bahia) e Associação das Mulheres de Cosme de Farias (Bahia). O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher reuniu 43 mil assinaturas para propor doze artigos garantindo a igualdade de direitos para o homem e a mulher.

Reunião de governadores para debater Assembleia ainda está indefinida

por Riomar Trindade do Rio

O governador fluminense Wellington Moreira Franco conversou ontem, por telefone, com seus colegas Orestes Quércia, de São Paulo, e Newton Cardoso, de Minas Gerais, mas não conseguiu definir a data e o local da reunião de governadores do PMDB, da qual é um dos articuladores. No final da tarde, assessores do Palácio Guanabara informaram que o encontro, que Moreira Franco desejava realizar no Rio, tanto poderá ocorrer na capital paulista quanto em Belo Horizonte, ou até mesmo ser cancelado. Segundo assessores do governador fluminense, a nova reunião dos governadores do PMDB vai depender do resultado do encontro dos secretários estaduais de Fazenda, que acontecerá amanhã e sábado, em Canela, no Rio Grande do Sul.

Os secretários de Fazenda debatem temas como "sistema tributário na Constituinte e os estados", "política de ampliação de receita" (sonegação, dívida ativa e benefícios fiscais), "dívida pública e sua rolagem" (o sistema financeiro nos estados) e "reflexo do plano macroeconômico nas finanças estaduais", e pretendem obter uma posição de consenso em rela-

ção à reforma tributária, em debate na Constituinte. Moreira Franco empenha-se em realizar a reunião de governadores na próxima semana, porque o próximo dia 13 é a data limite para a apresentação de emendas à Constituinte.

Moreira Franco pretendia realizar a reunião de governadores no próximo sábado, dia 8, no Hotel Glória, no Rio de Janeiro, no encerramento de encontro dos secretários de Fazenda, que também queria promover. Ocorre que o encontro dos secretários estava programado para o Rio Grande do Sul desde a última reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e o governador fluminense teve de recuar. Em telex enviado no começo desta semana a seus colegas do PMDB, Moreira Franco assinala que a reunião dos secretários de Fazenda será em Canela, alimenta a expectativa que nesse encontro seja encontrada "uma posição comum quanto à questão tributária capaz de orientar as bancadas de nossos estados na Constituinte" e sugere que, após a análise do posicionamento obtido na reunião dos secretários, "se avalie a conveniência política de um encontro entre os governadores".

Empresários preparam a entrega de emenda

por Milton Wells de Porto Alegre

O presidente da Federação e do Centro das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul, Luiz Carlos Mandelli, anunciou ontem que as entidades fretaram um avião da Varig para transportar empresários até Brasília, para a entrega formal da emenda popular sobre a estabilidade no emprego. O número de assinaturas obtido pelos empresários ultrapassa 30 mil, informou Mandelli. A comitiva dos empresários gaúchos sairá de Porto Alegre no dia 13, às 9h30, em voo direto para Brasília, retornando à noite.

A emenda dos empresários estabelece a garantia da relação de emprego, salvo algumas especificações como contrato a termo, ocorrência de falta grave, prazos definidos em contratos de experiência, superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa. Para o pagamento da indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço na forma da lei, os empresários defendem a criação de um seguro-desemprego privado, sem nenhuma participação do governo, que poderia ser administrado por empregados e empregadores. Na própria justificativa da emenda, dizem que cabe ao empregador a responsabilidade de pagamento de indenização proporcional e progressiva ao tempo de serviço.

DENÚNCIAS

Senado decide convocar ministro da Previdência

Em sessão extraordinária realizada, ontem, o Senado Federal aprovou o requerimento apresentado pelos líderes da Aliança Democrática, os senadores Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP) e Carlos Chiarelli (PFL-RS), solicitando a convocação do ministro da Previdência e Assistência Social, Raphael Magalhães, a fim de, perante o plenário, "prestar esclarecimentos relativos àquela Pasta".

"Nós queremos saber, entre outras coisas, qual a situação real da recuperação dos benefícios, defasados em razão da inflação, e a situação do trabalhador rural", esclareceu Chiarelli.

Durante o depoimento, será feito o questionamento sobre a compra de imóveis funcionais em Brasília e de um prédio para a instalação da Dataprev, no Rio de Janeiro.

Deputado acusa ministro de monopolizar a televisão

por Zanoni Antunes de Brasília

O líder do PDT na Câmara, deputado Brandão Monteiro, acusou ontem o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, de conceder mais de oitenta canais de retransmissões de televisão na Bahia. Segundo Monteiro, "o ministro acaba de concretizar, usando seu poder como ministro das Comunicações, um verdadeiro monopólio de televisão na Bahia ao autorizar mais de oitenta concessões de canais de propriedade de seus filhos e parentes". Brandão Monteiro fez a

denúncia da tribuna da Assembleia Constituinte ao apresentar ao plenário as edições do Diário Oficial da União dos dias 8 de maio e 25 de junho deste ano. As concessões favoreceriam a televisão Bahia Ltda., em cerca de oitenta municípios baianos.

"Que respondam as lideranças do PMDB e do PFL, que são os avalistas deste governo. Não venham dizer que o ministro é do PFL. O PMDB e o PFL são os mentores deste governo. Que se responsabilizem por ele", desafiou o líder do PDT. O ministro das Comunicações, procurado por este jornal, não foi localizado.